

**CNE SE REÚNE COM NOVO
PRESIDENTE DA ELETROBRAS E PEDE
SUSPENSÃO DAS DEMISSÕES**

LEIA NA PG. 3



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1587 - 31 DE AGOSTO DE 2023

EXPECTATIVA FRUSTRADA ATÉ AQUI



TRABALHADORES DA CELESC SEGUEM AGUARDANDO INÍCIO DAS NEGOCIAÇÕES DO ACT



TEM INÍCIO A CAMPANHA
PARA O CONSELHO
DELIBERATIVO DA CELOS:

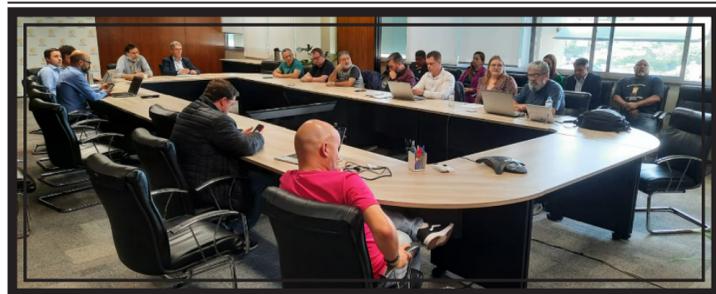


SINDICATOS DA INTERCEL
APOIAM AS CHAPAS 1 E 2

CONFIRA NA PÁG. 2

SINDICATOS DA INTERCEL E CELESC DEBATEM SEGURANÇA NA EMPRESA

Reunião foi motivada por conta de Ação Civil Pública de 2009



Na quinta-feira da semana passada, dia 24, Sindicatos da Intercel e representantes da Celesc se reuniram para debater o tema 'Segurança na Celesc'.

O pedido de reunião não se deu por acaso: Em 2005, após acidente com trabalhador na rede de energia em que coincidentemente uma emissora de TV passava pelo local e registrou o fato, teve início um processo investigatório no Ministério Público do Trabalho (MPT). Considerando a precária situação de saúde e segurança a que trabalhadores próprios e terceirizados eram submetidos à época, em 2009 foi ajuizada Ação Civil Pública (ACP). Essa Ação culminou em 2012 com um Acordo Judicial entre Celesc, MPT e Sindicatos, onde a Intercel solicitou ao juízo: que o valor da causa da Ação, de R\$15 milhões (caso a Celesc fosse condenada), fosse revertido a um novo sistema de rádio - evitando, assim, novos acidentes; e a criação de Grupos de Trabalho e Comissões com participação da Intercel, dedicados à saúde e segurança, para atendimento aos itens do Acordo Judicial.

Pelo acordo, a Celesc se comprometeu a cumprir, fiscalizados pelos sindicatos, 45 itens relativos à segurança e saúde do trabalho. O objetivo era que esses itens fossem acompanhados a cada dois meses e que a empresa fosse melhorando continuamente os procedimentos de segurança de seus trabalhadores próprios e terceiros, de modo que mitigassem os riscos de acidentes e mortes destes profissionais no sistema elétrico de potência.

De acordo com Ailton Comunello, dirigente do

Sindinorte que vem acompanhando há alguns anos o andamento da ACP, "muitos avanços ocorreram desde a proposição da ação, mas ainda há pontos importantes a avançar para reforçar a segurança de trabalhadores próprios e terceiros".

A reunião da quinta-feira passada ocorreu pois a Celesc tentou, no primeiro semestre deste ano, uma repactuação do Acordo, indicando que os 45 itens já estariam cumpridos. A Intercel, indignada por discordar da posição da empresa e compreendendo que ainda há diversos itens não cumpridos ou cumpridos parcialmente, se manifestou no processo indicando que achava absurda e inconsequente a proposição da Celesc. Diante disso, no mês passado, o presidente Tarcísio Rosa chamou os sindicatos para conversar e compreender a motivação da resposta tão dura da Intercel. Na quinta-feira passada, os dirigentes sindicais apresentaram ao presidente todo o histórico da Ação Civil Pública e cada um dos 45 itens do Acordo. O presidente relatou que os problemas não vêm de hoje; que diversos contratos estão sendo revistos; e que pediu para sua assessoria colocar ordem de importância a cada um dos 45 itens, indicando quais são os mais urgentes, para que seja buscada uma solução.

A Intercel e a diretoria da Celesc devem, agora, redigir um novo documento e encaminhar ao MPT, solicitando prazo para trabalharem e construir, em conjunto, um novo plano de segurança que traga um ambiente mais seguro aos trabalhadores. A Intercel espera que a Celesc leve a sério cada um dos itens.

ELEIÇÕES CELOS

CHAPAS 1 E 2 PERCORREM O ESTADO PEDINDO O VOTO E DIALOGANDO COM A CATEGORIA

É fundamental que a categoria dê o voto de confiança nas Chapas 1 e 2

As duas chapas apoiadas pelos Sindicatos da Intercel que concorrem ao Conselho Deliberativo da Celos estão percorrendo os postos de trabalho da Celesc em todo o estado. As chapas 1 (João Roberto Maciel e Alei Machado) e 2 (Geraldo Prus e Paulo Oliveira) têm como propostas a defesa intransigente da manutenção da Celesc Pública, o equilíbrio na representação dos participantes, a segurança nos investimentos e aplicações, a manutenção de conquistas e cobranças de melhorias no Plano de Saúde, além da sustentabilidade e modernização nos Planos Previdenciários.

A campanha iniciou no dia 21 de agosto e as eleições ocorrerão de forma 100% on line, no dia 21 de setembro. Nessas primeiras duas semanas de campanha, os candidatos apoiados pela Intercel já visitaram as Regionais da Celesc em São Miguel do Oeste, Chapecó, Videira, Joaçaba, Lages,

Criciúma e Tubarão. Hoje e amanhã as chapas visitarão os trabalhadores da Celos em Florianópolis. Na próxima semana, eles visitarão trabalhadores da Administração Central da Celesc e terão reuniões com aposentados em Tijucas, Tubarão e Blumenau.

A decisão da Intercel de apoiar chapas para o Conselho Deliberativo da Celos é fruto de deliberação dos delegados que participam dos Congressos dos Empregados da Celesc, após votação. O último Congresso onde foi reafirmada essa decisão ocorreu em maio de 2022, em Joinville, com a participação de 300 empregados de todo o estado. A Intercel reforça o pedido de voto nas chapas 1 e 2 e lembra a categoria da importância do fortalecimento da Celos com representantes que, de fato, lutem pelos direitos de trabalhadores da ativa e aposentados.

SEGUE A EXPECTATIVA PELO INÍCIO DAS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO NA CELESC

Negociações do ACT deveriam ter iniciado na semana passada



A Intercel tem por hábito, todos os anos, fazer o planejamento da campanha data-base da Celesc entre os meses de abril e maio. O cronograma é seguido à risca, desde a data do planejamento até a data prevista para a greve (caso as expectativas da categoria sejam frustradas), passando pelas Assembleias Regionais e Estadual e pela confecção das cartilhas da Pré-Pauta e da Pauta Final.

Para 2023, assim como em 2022, as negociações estavam previstas para iniciar entre os dias 24 e 25 de agosto. Essa data foi afiançada entre Intercel e representantes da direção da Celesc (inclusive o presidente, Tarcísio Rosa), durante a entrega da Pauta de Reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho, na primeira semana de agosto, na Regional de Itajaí.

Ocorre que, em total desacordo com aquilo que havia sido combinado, a diretoria da empresa resolveu "innovar" este ano. Além de não cumprir a data de início das rodadas de negociação, adiando em uma semana o início das reuniões, ainda resolveu fazer uma cerimônia de abertura do Acordo Coletivo com um "café" (pasmem, um café!) junto aos sindicatos diferenciados, que não fazem parte da Intercel.

É sabido até pelo Papa que a Intercel não senta na mesa para negociar ou "tomar café" com os sindicatos diferenciados. A

Intercel não se junta a sindicatos que não compreendem que a luta pela manutenção da CELESC PÚBLICA é fundamental para a garantia de empregos e direitos da categoria. Além disso, Sindicatos da Intercel e sindicatos diferenciados nunca tiveram uma pauta única.

A Intercel também estranhou o fato do convite para o tal "café" conter um item chamado "definição de premissas". Ora, quem vai definir essas premissas, será a própria diretoria?! A Carta Circular - coisa inédita na história da Celesc sobre processo negocial - que convidava a Intercel, também informava que seriam "estabelecidas diretrizes" nessa reunião inaugural. A Intercel compreendeu o argumento não como uma "reunião inaugural", mas um "pacto" que estabelecerá/direcionará todo o processo negocial, o que a entidade não admite.

Desse modo, ainda na reunião com o presidente sobre segurança, na semana passada, a Intercel pediu a Tarcísio o agendamento da primeira reunião de negociação impreteavelmente para esta sexta-feira, dia 1º. Os sindicatos esperam que a empresa apresente a agenda de negociações nessa data e não apareça com novas surpresas. A categoria precisa permanecer mobilizada e pronta para responder à altura, caso a empresa busque protelar o início do processo negocial.

COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS SE REÚNE COM NOVO PRESIDENTE DA ELETROBRAS

Entidades pediram ao novo presidente a suspensão de todas as demissões de imediato

Representantes da categoria eletricitária estiveram reunidos, na segunda-feira, dia 28, com o novo presidente da Eletrobras, Ivan de Souza Monteiro. Foi uma reunião de apresentação, na qual o presidente da empresa se mostrou aberto ao diálogo e afirmou transparência nas ações da companhia. O encontro ocorreu na sede da Eletrobras, no Rio de Janeiro.

Os eletricitários, representados pelos presidentes da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), Paulo de Tarso; da Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE), Raimundo Lucena; da Federação Regional dos Urbanitários do Sudeste (FRUSE), Esteliano Neto; e por coordenadores do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), Nailor Gato (vice-presidente da FNU), Júlia Margarida, Fabíola Antezana, Cecy Marimon (pela Intersul/Sinergia) e Emanuel Mendes; relataram ao presidente a atual situação vivida por trabalhadores, que estão submetidos à retirada de direitos e ao grande número de demissões, propondo que a empresa suspenda de imediato todas as demissões.

Paulo de Tarso, da CNU, explicou que o quadro profissional da empresa já está bastante reduzido e é arriscado acontecer mais apagões no País, justamente devido à falta de técnicos capacitados e experientes.

Ivan Monteiro se comprometeu em proporcionar treinamento aos novos empregados e agendou uma próxima reunião com os dirigentes para 28 de setembro, assim como prometeu a reabertura dos trabalhos das comissões temáticas.

No dia 22 de agosto, o Conselho de Administração da Eletrobras confirmou a eleição de Ivan de Souza Monteiro para o cargo de presidente da companhia. Ele ocupará a função de CEO até 1º de maio de 2025 em substituição a Wilson Ferreira Jr, que assumiu em maio de 2023 e deixou o posto em 14 de agosto.

Até então, Ivan ocupava a presidência do Conselho de Administração da Eletrobras. Também já foi CEO da Petrobras e vice-presidente do Banco do Brasil.

Texto: reprodução FNU

SINERGIA

SINERGIA PROMOVE 24ª EDIÇÃO DO PROJETO MEIA HORA

Ação Cultural do Sinergia existe desde meados dos anos 90



O Sinergia promoveu entre os dias 16 e 18 de agosto a 24ª edição do Projeto Meia Hora. Nesta edição, as apresentações de dança e aula de música foram realizadas nas sedes da Celesc e CGT Eletrosul e também na ARFLO. Foram parceiras a escola de dança Garagem da Dança e Luciana Corrêa Professora de Canto.

De acordo com Caroline Borba, diretora de Cultura do Sinergia, o objetivo do Projeto é levar arte e cultura aos postos de trabalho: "O Meia Hora existe desde a década de 90 e ficou suspenso por alguns anos por conta da pandemia. Nossa ideia agora é fazer uma avaliação dessa retomada, aprimorar e ajustar alguns pontos e estabelecer uma periodicidade de apresentações não apenas na Celesc e CGT Eletrosul, mas

também em outras empresas".

Júlia Souza, trabalhadora do Sinergia, relata que o Sinergia sempre foi pioneiro na questão cultural na Grande Florianópolis: "Esse é um Sindicato que pensa a vida do trabalhador como um todo, não apenas na questão de salário e direitos laborais, mas também na necessidade do trabalhador e da trabalhadora terem acesso à arte, cultura".

Além do Projeto Meia Hora, o Sinergia também tem outras ações culturais, como o Concurso Literário Conto & Poesia, oficinas de artes e parcerias com diversas instituições culturais (como cinemas e escolas de cerâmica) para pessoas sindicalizadas. Para conhecer melhor todos os projetos, acesse: www.sinergia.org.br.

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL
 Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC)
 Conselho Editorial: Ingrid Voigt
 Estagiária: Ana Júlia Gonçalves

Rua Lacerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030

E-mail: sinergiajornal@gmail.com

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TRIBUNA LIVRE DESABAFO!

Por Silvana Silva Arruda, trabalhadora da Celesc na Regional de Lages

Mais do que nunca, vivemos hoje momentos tão dantescos como nunca imaginamos ver: Intempéries de toda sorte assolam nosso estado com uma regularidade nunca vista, ao passo que o progresso e o desenvolvimento, aliados ao conhecimento ímpar de que atualmente dispõe nossa população, requerem da empresa uma postura atuante, resolvida, eficiente e mais que isso: ágil, competente.

De fato, fazer jus à missão que nos propomos de oferecer energia de qualidade ao povo catarinense exige muita dedicação, compromisso, responsabilidade.

Por outro lado, a Celesc, como tantas outras empresas, constitui-se histórica e diariamente a muitas mãos, muitos braços, muita força e energia. Ela constrói-se palmo a palmo em cada metro de rede construída, em cada Kw de energia transmitida, em cada lar iluminado. Ela se fortalece através do empenho de seus trabalhadores que atuam firmes no alcance das metas e propósitos almejados.

Mas esses trabalhadores precisam de cuidado, de atenção. Para além de questões financeiras, o que está em risco, diariamente, é a VIDA.

Vida que transcende um registro no Instituto de Previdência Social, um número a mais num índice de eventos fúnebres. Vida que, independentemente, se da força de trabalho direta ou indireta, é única e imprescindível, para uma família, um pai, um filho, uma mãe...

Entes esses que não estão interessados na quantidade de horas de treinamento, na garantia do material utilizado, mas sim, no retorno do ser que amam. Daquele, o qual nenhum movimento ou nota de pesar poderá substituir.

Então, mais do que nunca, apesar das inúmeras ditas "iniciativas tomadas" é momento de parar, refletir, de não sobrecarregar os que trabalham com a nociva justificativa de que rubricas a mais em folha poderão levar qualidade de vida, porque não haverá nada que reste se ela for interrompida.

Urge a revisão dos quadros de dotação da empresa para ampliar sua força de trabalho e não penalizar nenhum dos lados: nem aqueles que dependem da energia - recurso tão fundamental -, nem aqueles que encontram nela a principal matéria-prima de seu ofício e da construção de não apenas redes, mas de sua própria história.

NOTAS CURTAS

- Reserve essa data: o 5º Congresso do Sinergia está agendado para ocorrer nos dias 1º e 2 de dezembro de 2023, em Florianópolis. Filiados e filiadas serão convidados a participar do evento e debater o futuro do Sindicato. Nas próximas semanas, o Sinergia divulgará o cronograma e local do evento, que teve sua última edição em 2001.

- A Intersul foi representada pela dirigente Cecy Gonçalves na Audiência Pública com o Ministro de Minas e Energia nessa terça-feira, dia 29, na Câmara dos Deputados. A audiência debateu o apagão de energia elétrica do dia 15 de agosto.



- Os deputados Fabiano da Luz (PT) e Paulinha (Podemos) apresentaram moções na Assembleia Legislativa de Santa Catarina parabenizando trabalhadoras e trabalhadores da Celesc pela conquista do prêmio ABRADÉE como a melhor empresa de energia do Sul e pelo 3º lugar no ranking nacional. Já a vereadora Tânia Ramos (PSOL), de Florianópolis, fez manifestação na Tribuna da Câmara em apoio à reestatização da Eletrobras e relembrou que o apagão do dia 15 poderia ter sido evitado se não houvessem tantas demissões de quadros altamente qualificados na empresa.



Imagem: Brasil de Fato: Conaq

'TIROU PARTE DA NOSSA HISTÓRIA', DIZ LÍDER QUILOMBOLA SOBRE MORTE DE MÃE BERNADETE

Ela foi morta a tiros dentro de casa, na quinta-feira (17), na cidade Simões Filho, na Bahia

Texto Original: Redação/Brasil de Fato

Biko Rodrigues, da Coordenação Nacional da Articulação de Quilombos (Conaq), acredita que a disputa fundiária foi o principal motivo do assassinato de Mãe Bernadete, liderança quilombola da cidade Simões Filho, na Bahia. Ela foi morta a tiros, na quinta-feira (17), dentro de casa e diante dos netos.

"Foi um assassinato pela disputa fundiária e especulação imobiliária. Ela já vinha sendo ameaçada. O Estado falhou ao não dar segurança para ela e sua família", contou.

Kiko participou do programa Central do Brasil de terça-feira (22) e comentou o contexto político da morte de Bernadete e como a comunidade foi impactada pelo crime.

"Tirou parte da nossa história. Mãe Bernadete era uma liderança, uma coordenadora que lutava pela defesa do território, para que todas as comunidades fossem regularizadas. Uma pena ela ter tombado antes de ver o próprio território regularizado", contou.

Os familiares de Mãe Bernadete foram retirados do quilombo Pitanga dos Palmares por medida de proteção. O território é historicamente alvo da especulação imobiliária industrial e por empreendimentos públicos e privados de grande porte, de acordo com o Mapa de Conflitos da Fundação Oswaldo Cruz.

Além disso, o coordenador da Conaq destacou o racismo fundiário em vigor no Brasil, em que a população negra é excluída dos territórios e não tem acesso à terra.

"70% das pessoas, hoje, que estão sem terra - seja nos grandes centros ou nas periferias - são pessoas negras, que é fruto desse racismo fundiário. Quando houve a abolição da escravatura, nosso povo não teve acesso à terra", analisou.

Para conferir a entrevista completa, acesse: <https://www.youtube.com/@brasildefato>

